

Crise estrutural e limites absolutos do capital: notas sobre a ecologia em Mészáros

Ivan Lucon Jacob¹

Adilson Marques Gennari²

RESUMO

No atual movimento da crise estrutural do capital presencia-se a emergência de uma contradição fundamental com graves implicações para o sistema do capital: pela primeira vez na história humana, a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, estão encontrando resistências na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência humana, com a ampla destruição do meio ambiente. Estas breves notas pretendem elucidar a urgência do tema nos debates que visam uma sociedade para além do capital.

Palavras-chave: crise estrutural, ecologia, limites absolutos do capital

ABSTRACT

In the current movement of the structural crisis of capital, there is the emergence of a fundamental contradiction with serious implications for the capital system: for the first time in human history, domination and the unimpeded expansion of capitalist structures and mechanisms, which are inherently irrational, are encountering resistance in the form of pressures resulting from the elementary imperatives of simple human survival, with the widespread destruction of the environment. These brief notes are intended to elucidate the urgency of the topic in debates aimed at a society beyond capital.

Key words: structural crisis, ecology, absolute capital limits

RESUMEN

En el movimiento actual de la crisis estructural del capital, surge una contradicción fundamental con serias implicaciones para el sistema de capital: por primera vez en la historia humana, la dominación y la expansión sin obstáculos de las estructuras y

¹ Doutorando em História Econômica no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), pesquisador do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea (GPHEC/UNESP) e membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC).

² Professor aposentado da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (FCLAr/UNESP), coordenador do Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea (GPHEC/UNESP) e membro do Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos (IBEC).

mecanismos capitalistas, que son inherentemente irracionales, están encontrando resistencia en forma de presiones resultantes de los imperativos elementales de la simple supervivencia humana, con la destrucción generalizada del medio ambiente. Estas breves notas tienen por objeto dilucidar la urgencia del tema en debates dirigidos a una sociedad más allá del capital.

Palabras clave: crisis estructural, ecología, límites absolutos del capital.

I

Desde Marx, nada há de especial em associar modo de produção capitalista e crise. Suas contribuições teóricas colaboraram para a interpretação de que crises de intensidade e duração variadas representam a forma de existência do capital. E mais: são maneiras de superação de suas barreiras imediatas e reposição em patamares mais elevados do dinamismo de seus modos de reprodução; ademais, neste movimento, é possível a extensão de suas formas de dominação e a cada vez maior concentração e centralização do capital.

Porém, convém dizer, as contribuições basilares e radicais de Marx referiam-se à fase ascensional do capital, onde as possibilidades de ampliação da reprodução do capital e dos circuitos de acumulação produtiva pareciam inesgotáveis, a ponto de “a tendência de criar o *mercado mundial* está imediatamente dada no próprio conceito de capital. Cada limite aparece como a barreira a ser superada”³, tendência realizada quando toda a periferia da circulação é transformada em produção executada pelo capital. Portanto, com o avanço das forças produtivas, a ampliação extensiva do capital amplia os círculos internos de exploração do trabalho e permite a criação e apropriação de mais-valor de forma intensiva, por meio dos ganhos de produtividade sempre crescentes (Marx, 2011).

Contudo, as potencialidades históricas do sistema do capital parecem ter-se esgotado, ao menos em sua capacidade de transformar os limites em barreiras e continuar seu processo de reprodução sempre ampliada; em outras palavras, parece ter encontrado seus *limites estruturais*. Essa é a interpretação dada – em uma concepção original seguindo a reflexão aberta por Marx – pelo filósofo húngaro István Mészáros, quando caracteriza o momento atual como *crise estrutural do capital*.

Dentro deste panorama de crise insolúvel surge como problema central e como um limite absoluto ao sistema do capital a temática do meio ambiente e do metabolismo do homem com a natureza. Limite absoluto pois incontornável. A dinâmica de reprodução do capital nos dias atuais manifesta seu caráter cada vez mais perdulário, exaurindo e descartando com uma velocidade cada vez maior os recursos existentes – sejam eles naturais ou humanos – em nome de sua expansão e busca pelo lucro.

Para Marx, a questão do trabalho e de sua relação dialética com a natureza reside na tradição da crítica da economia política, pois Marx definiu o trabalho em si em

³ Marx, 2011, p.332.

uma concepção de metabolismo, dado que “trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por meio de suas próprias ações, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”⁴. Assim, em seu caráter social, o trabalho associa-se à uma reprodução metabólica, mas também, em seu caráter ecológico, quando age sobre a natureza externa, quando a modifica por meio do trabalho, modifica a sua própria natureza.

Mészáros, herdeiro da tradição de Marx, desenvolve sua análise do capital como um sistema historicamente determinado de reprodução sociometabólica, enfatizando “que as mudanças qualitativas na ordem social demandadas pela *ecologia* são elementos indispensáveis de um conjunto mais amplo de desafios do mesmo gênero”⁵, orientadores de uma nova sociabilidade para o século XXI, tal como a igualdade substantiva e a necessidade de um controle social radicalmente distinto das formas de controle do sistema do capital.

Já em suas obras iniciais⁶, a questão da dialética entre o trabalho alienado e a degradação da natureza adquire centralidade no pensamento de Mészáros, onde a ordem sociometabólica do capital totalizadora e totalizante acaba por absorver as mais variadas dimensões da reprodução social humana, sobrepondo-se a tudo, seja ao sistema educacional, de saúde, à produção ou ao meio ambiente, pois “em sua mais íntima determinação, o sistema do capital está *orientado para a expansão* (...) e é *impelido pela acumulação*, em termos da necessária *instrumentalidade* de seu objetivo projetado”⁷; deve, pois, ser contínua e incessantemente renovado, revolucionar as relações de produção apropriando-se da natureza e subsumindo o planeta ao processo de acumulação.

II

Mészáros investigou de forma sistemática, já desde o final do decênio de 1960, a crise que assola o sistema global do capital. Os levantes de 1968, a queda na taxa de lucro e sua consequente reestruturação produtiva que remonta aos anos 1970’s, os percalços enfrentados pela economia estadunidense e o fim da URSS surgem como

⁴ Marx (2013), p. 255.

⁴ Clark & Foster, 2011, p.118.

⁶ *A Teoria da Alienação em Marx* (São Paulo, Boitempo, 2016). Esta obra, lançada em 1970, foi laureada com o Isaac Deutscher Memorial Prize, no mesmo ano, quando Mészáros proferiu a palestra *The Necessity of Social Control* [Ed. Bras.: “A Necessidade do Controle Social” in *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição* (São Paulo, Boitempo, 2011b), p. 983-1011]. Estas duas obras representam um conjunto no sentido de apresentar os esforços iniciais da teorização sobre a “crise estrutural do capital”.

⁷ Mészáros, 2011a, p.138.

expressões sintomáticas em sua análise das mudanças substantivas tanto no sistema do capital como um todo quanto no capitalismo em específico.

Pois o sistema do capital, nesta quadra histórica, deixa para trás a era dos ciclos, de expansão e crise rápidas, e entra em nova fase, marcada por uma depressão contínua e persistente e resultando, em última análise, na falência dos dois modos estatais de controle e regulação do capital mais avançados do século XX: o modelo keynesiano, existente no centro dinâmico do capitalismo e responsável pela implementação do *welfare state*, e o do “tipo soviético”, que embora derivado de uma revolução política que visava ultrapassar o capital, fora subsumido pelo que Mészáros chama de “sistema sociometabólico do capital”.

Esta é a mudança qualitativa nas formas de manifestação das contradições inerentes à reprodução do capital, na forma de suas crises; “sua natureza não pode ser explicada (...) apenas em termos de uma crise *cíclica* tradicional”, pois além do âmbito e da duração superar em muito os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas já experimentadas pelo capital, “à medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital”⁸, embora ainda longe de já ter atingido seu ponto de não retorno a caminho do colapso.

O que define a crise estrutural do capital, pois, é o caráter incontrolável de seu sistema sociometabólico, oriundo de sua lógica expansionista na busca crescente e desmedida pelo mais-valor, assim como de sua lógica destrutiva, reflexo da descartabilidade acelerada na produção e no consumo de mercadorias, que diuturnamente geram a destruição da natureza em uma escala planetária jamais percebida anteriormente. Como define Mészáros (2011a, p.73):

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar ‘avanço’ de *destruição*, nem ‘progresso’ de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante.

O que se defronta aqui, portanto, é a contradição interna de um sistema de produção e controle que não pode – nem deve – evitar o aumento das expectativas quanto

⁸ Mészáros, 2011a, p.41.

ao seu futuro, mesmo diante de uma ameaça real de um completo colapso de sua capacidade de satisfazê-las.

III

Diferenciando desta forma o período de ascendência histórica do capital, onde as crises apresentavam a forma de “grandes tempestades” (Marx) – crises que tinham durações curtas seguidas de longos períodos de crescimento e expansão produtiva – Mészáros (2011a) define a nova etapa histórica como um padrão linear de movimento, com longas fases de crescimento muito baixo, frequência de recessão e um *continuum* depressivo. Isto representa uma mudança qualitativa de graves consequências para a reprodução do capital, com óbvias manifestações na expansão do desemprego estrutural e no aumento da pobreza impostos à classe trabalhadora.

Quatro são as características definidoras da crise estrutural do capital⁹, em suas formas de manifestação, a saber: primeiro, apresenta um caráter *universal*, ou seja, suas manifestações não se restringem a uma esfera em particular, quer esteja-se falando em setores distintos da circulação do capital (produção, comercial ou financeiro), quer esteja-se falando de setores com intensidades tecnológicas distintas (a depender dos diferentes níveis do desenvolvimento das forças produtivas e seus respectivos diferenciais de produtividade), quer pense-se em níveis diferentes de absorção de mão-de-obra. A crise está presente, portanto, amplamente presente na reprodução do capital.

Em segundo lugar, a crise tem um alcance, de fato, *global* – “no sentido mais literal e ameaçador do termo”¹⁰ – o que significa dizer que não afeta mais apenas um país ou um conjunto limitado de países, como antes as crises se manifestavam, ora no conjunto de países ditos “subdesenvolvidos”, de “Terceiro Mundo”, da “periferia” ou seja lá como a nomenclatura do momento caracterizou os países que se apresentam de maneira hierarquicamente subordinada na totalidade sistêmica, ora no próprio núcleo avançado do desenvolvimento capitalista. Agora, a crise atinge a totalidade do sistema, perturbando cada canto do mundo tocado pela lógica de reprodução do capital em que pese as diferenças na forma de manifestação da crise.

Terceiro, sua temporalidade apresenta-se como extensa, contínua, ou, em outros termos, *permanente*; com isso, a crise manifesta-se de forma divergente da etapa histórica de ascendência do capital, onde as crises cíclicas eram relativamente curtas em

⁹ As quatro características aqui apresentadas seguem Mészáros, 2010.

¹⁰ *Ibidem*, p.70.

sua duração e exerciam seu papel de centralizar e concentrar o capital, possibilitando assim novo impulso a mais um ciclo de acumulação e expansão do capitalismo. Nesta nova etapa histórica, a crise se coloca de maneira a aqodar reiteradamente os efeitos desestabilizadores, desta vez duradouros, que emanam do capital.

Por fim, na quarta característica definidora da crise estrutural do capital, “em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*”¹¹; com isso, não exclui-se que convulsões cataclísmicas estejam excluídas da processualidade do capital – como as crises de 2008 e a atual crise pandêmica tão bem demonstram – mas sim afirma-se que os mecanismos de autodefesa do capital e da “administração da crise”, visando o deslocamento temporário das crescentes contradições do sistema, estejam frequentemente ativos.

IV

Deste modo, pode-se expor os limites estruturais do capital e sua manifestação de uma crise insolúvel na forma de uma *taxa de utilização decrescente*, que se apresenta sobretudo como um limite interno em relação às suas potencialidades; especificamente, este problema está inserido no próprio desenvolvimento capitalista no que diz respeito à relação entre produção e consumo e nos chamados ganhos de produtividade, que alteram tanto a forma de consumir quanto a própria atividade produtiva em si (Mészáros, 2011b).

Em relação a esta última, pode-se afirmar que o problema básico esteve centrado, historicamente, na maneira como a atividade produtiva se dividia na alocação do tempo disponível entre atividades necessárias para o intercâmbio metabólico com a natureza e as outras inúmeras funções sociais as quais os indivíduos se engajavam em uma determinada sociedade. Em outras palavras, a questão orbitava o problema da proporção variável entre produção de bens de consumo rápidos ou não duráveis (que se esgotam em seu uso, como os alimentos) em contraposição aos bens que possibilitam uma contínua utilização (ou reutilização) ao longo do tempo. A proporção tendeu historicamente em favor dos últimos, mesmo na aurora do capital: este fato permitiu o desenvolvimento de toda potencialidade do capital em seu processo de expansão.

¹¹ Ibidem, p.70, itálicos do autor.

Entretanto, como aponta Mészáros (2011b), na etapa avançada do capitalismo, etapa em que as potencialidades do capital transformaram-se em forças destrutivas, etapa em que a sociedade se transformou em uma “*sociedade dos descartáveis*”, a dinâmica anteriormente mencionada se altera por completo. Pois a contradição que se apresenta reside em um suposto “equilíbrio” entre produção e consumo em uma sociedade que necessita sempre acelerar o consumo – e principalmente o descarte – de uma quantidade sempre crescente de mercadorias, inclusive os bens de consumo duráveis, antes mesmo de esgotada sua vida útil.

Nesta perspectiva, a taxa de utilização decrescente apresenta-se como uma tendência na atual etapa de crise estrutural do capital, ocupando posição de domínio na estrutura capitalista contemporânea. Por isso, a necessidade cada vez maior do desperdício para a reprodução do capital, em múltiplas dimensões: quer se pense na utilização predatória da natureza como fonte de matérias-primas ou no colapso ambiental consubstanciado na atividade produtiva, quer se pense no aumento perturbador do desperdício da força de trabalho (o desemprego crescente que torna um contingente enorme da população mundial redundante no processo produtivo), ou ainda o imperativo das formações estatais fornecerem os fundos necessários para o “socorro” ao capital (acompanhados de “cortes” em áreas centrais da reprodução social, como saúde, educação ou seguridade social).

Esse ponto se encaminha para uma questão prática fundamental e, acima de tudo, insolúvel dentro do sistema sociometabólico do capital: esse sistema “não sabe onde parar”, e este imperativo não é apenas uma questão de funcionamento defeituoso e, portanto, passível de correção. Acima de tudo, é resultado das determinações contraditórias imanentes ao capital. Pois “o problema é que, na estrutura desse sistema, não pode haver critérios objetivos quanto ao tipo de metas produtivas a serem adotadas e perseguidas, e quais outras poderiam, a longo prazo, revelar-se bastante problemáticas”¹².

Como exemplo dessa contradição que reside no caráter expansivo do capital está o consumo, que ao mesmo tempo em que precisa desempenhar um papel ativo e estimulante no capitalismo contemporâneo em relação à demanda, também significa que em sua ampliação qualquer tipo de limite ou obstáculo à produção deve ser necessariamente removido ou ultrapassado para que seu processo de reprodução não implique em crises.

¹² Mészáros, 2011b, p.656.

A tendência mais dramática dessa dimensão do consumo está na necessidade de acelerar a velocidade da circulação do capital contemporaneamente para dar cabo da expansão do consumo. Na etapa ascensional do capital a produção capitalista pôde resolver esse problema atraindo para o consumo um largo contingente de pessoas que estavam à margem do sistema, ou ainda “popularizando” bens que estavam restritos aos membros das camadas mais altas da sociedade como um todo. Entretanto, a partir de um determinado ponto, as mercadorias cujo destino era o “consumo de massas” começam a apresentar dificuldades para atender o imperativo do sistema de acumular capital e realizar lucros (Mészáros, 2011b).

Daí em diante, a disfunção representada pela *taxa de utilização decrescente* precisa ser ativada para atender tal imperativo de diversos modos: seja encurtando de maneira deliberada a vida útil das mercadorias; seja por meio da “obsolescência programada” dos bens de consumo duráveis; ou ainda substituindo bens de produção que ainda estão longe da plenitude de sua capacidade produtiva em nome da economia ou do aumento de produtividade. Tudo isso manifestando o caráter perdulário do capitalismo contemporâneo.

Se baixarmos o valor de uso de uma mercadoria, ou criarmos condições para que ela só possa ser consumida “parcialmente e com menos proveito”, esta prática, não importa o quanto seja censurável de qualquer outro ponto de vista (...) não afetará seu valor de troca. Uma vez que a transação comercial tenha ocorrido, autoevidenciando a “utilidade” da mercadoria em questão por meio do seu ato de venda, nada mais há com que se preocupar do ponto de vista do capital. De fato, enquanto a demanda efetiva do mesmo tipo de utilização é reproduzida com sucesso, quanto menos uma dada mercadoria é realmente usada e reusada (em vez de rapidamente consumida, o que é perfeitamente aceitável para o sistema), melhor é do ponto de vista do capital: já que tal subutilização torna vendável outra peça de mercadoria. Nesse sentido, o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria (...) é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. (...) De fato, essa tendência de reduzir a taxa de utilização real tem sido precisamente um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico. (Mészáros, 2011b, p.661)

Portanto, por maior que seja o dinamismo do capital, por mais “plástico” que ele seja no sentido de se adaptar às novas tendências, necessidades ou conjunturas, uma característica ele não pode assumir jamais: ser “estacionário”; em outras palavras, em seu caráter expansivo onde o elemento basilar do sistema é o *lucro*, a reprodução do capital não pode se apresentar como estável. Desta maneira, o imperativo do capital, o lucro,

determina a reprodução do sistema em escala sempre crescente e em termos sempre perdulários, não importando as consequências que daí saem como resultado.

A ubíqua determinação operativa no sistema do capital é, e continuará a ser, o imperativo da *lucratividade*. É esta que deve sobrepujar todas as outras considerações, quaisquer que sejam as implicações. Nesse sentido, qualquer coisa que assegure a contínua lucratividade da empresa particular, *ipso facto*, também a qualifica como empreendimento *economicamente viável*. Consequentemente, não importa quão absurdamente perdulário possa ser um procedimento produtivo particular; contanto que seu produto possa ser lucrativamente imposto ao mercado, ele deve ser saudado como manifestação correta e apropriada da “economia” capitalista. (Mészáros, 2011b, p.663)

Esta lógica mostra o caráter dúbio e contraditório do sistema do capital, mas figura-se exemplo acabado da *taxa de utilização decrescente* que representa a etapa mais avançada do capitalismo contemporâneo, bem como de seu perdularismo. Seu resultado é apenas produção em massa de mercadorias e acúmulo de capacidade produtiva, com todos os efeitos problemáticos tanto para a natureza quanto para a vida humana.

V

Torna-se portanto falacioso – quando não cínico – a busca por uma aparente estabilidade do capitalismo objetivando transformar o ordem do capital em uma ordem capaz de satisfazer as necessidades humanas para se adequar aos seus próprios objetivos, e aparentemente eliminar suas contradições internas. A ordem sociometabólica do capital só é capaz de sustentar-se a si mesma em uma expansão cada vez mais destrutiva e, em última análise, autodestrutiva (Mészáros, 2012).

Mészáros é enfático ao determinar o controle social da produção¹³ como elemento necessário que objetiva “uma reestruturação radical do modo de intercâmbio humano predominante. Da mesma forma, o controle social é a condição prévia necessária para qualquer relação sustentável com as forças da natureza”¹⁴. O controle social da produção torna-se ainda mais necessário quando considerados os limites absolutos do capital, especialmente se tivermos em conta a crise ecológica e ambiental da contemporaneidade. Claro está que toda a estrutura do capital coexiste em uma crise

¹³ Os apontamentos aqui feitos sobre o controle social da produção reproduzem as ideias formuladas em Jacob, 2020.

¹⁴ Mészáros, 2011b, p.989.

fulcral com a natureza, crise esta que não pode e não será resolvida dentro dos marcos do próprio sistema sociometabólico do capital.

Pois não há possibilidade de pensar qualquer forma elementar de reprodução sociometabólica do sistema do capital que não seja letalmente ameaçada pela maneira como o capital se relaciona com ela, porque a única maneira que pode fazê-lo. “Isto não vale apenas para as exigências de energia da humanidade ou para a administração dos recursos naturais e dos potenciais químicos do planeta, mas para todas as facetas da agricultura global, inclusive a devastação em grande escala das florestas e a maneira irresponsável de tratar o elemento sem o qual nenhum ser vivo pode sobreviver: a água”¹⁵.

Esta dimensão das soluções inócuas dentro do sistema do capital tem em uma das suas expressões o atual debate sobre o clima, preso na agonia do capital; a avançada degradação ambiental em curso atualmente tem as grandes corporações monopolistas globais – personificações máximas do sistema do capital – apresentando-se como portadoras da solução, seja por meio do “desenvolvimento sustentável”, títulos de carbono ou que tais. O que importa ressaltar é que essas soluções têm como princípio operativo a defesa da ordem sociometabólica existente, que deve permanecer sem maiores alterações em seus aspectos reprodutivos essenciais.

Ou ainda a apologética dos economistas-feiticeiros defensores da ordem com seu receituário de crescimento e promessas de riqueza ligadas ao acúmulo de mercadorias adquiridas em *shopping centers* e *Black Fridays* mundo afora. Pois a adoção universal do padrão estadunidense de um consumo de massas mostra-se impossível, não apenas pela realidade dos imperativos econômicos dessa nação dominante, mas pelo rápido esgotamento dos recursos ecológicos e do colapso ambiental que adviriam da generalização deste padrão de consumo, dado que a população estadunidense, com seus 5% da população mundial, consomem cerca de 25% dos recursos energéticos disponíveis (Foster, 2014). Não fica difícil imaginar o que aconteceria.

Há ainda uma terceira ordem de argumentos salvíficos por dentro do capital, que julga a ciência e a tecnologia como solucionadoras de todos os problemas ambientais de longo prazo. Ademais de esse tipo de argumento não levar em consideração a degradação ambiental provocada pelas tecnologias atuais – que em nada autorizam a pensar em uma mudança nesse sentido para as tecnologias futuras – também omitem o enraizamento social da ciência e da tecnologia – a serviço pleno do capital, claramente.

¹⁵ Ibidem, p.253.

Portanto a questão que se coloca “não se restringe a saber *se* empregamos *ou não* a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas” – dada a obviedade da resposta – “mas se seremos *capazes* ou não de *redirecioná-las radicalmente*, uma vez que ambas estão estritamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros”¹⁶.

O caminho para uma sociabilidade realmente sustentável necessita, pois, do controle social da produção sobre o sistema de reprodução sociometabólica, subsumindo todas as dimensões da produção material da vida humana, incluindo aqui o que é produzido e como é produzido, e suas consequentes relações sociais com a natureza.

VI

Na atual quadra histórica do desenvolvimento da crise estrutural do capital presencia-se a emergência de uma contradição fundamental – caracterizadora justamente de sua dimensão “estrutural” – com graves implicações para o sistema do capital: “pela primeira vez na história humana, a dominação e a expansão sem obstáculos das estruturas e mecanismos capitalistas, inerentemente irracionais, de controle social estão encontrando sérias resistências, na forma de pressões resultantes dos imperativos elementares da simples sobrevivência”¹⁷.

Isso significa dizer que o poder do capital, em várias de suas formas de manifestação, não mais consegue se expandir – embora ainda longe de ter se esgotado – razão pela qual apresenta-se como um modo de controle incapaz de prover a racionalidade necessária de um adequado controle social. E é justamente esta necessidade, no presente, que demonstra sua dramática urgência. Pois os limites absolutos da existência humana – que no plano ecológico significa uma destruição irreversível ao meio ambiente – devem ser mais e mais colocados na centralidade das reflexões que visam criar alternativas à forma alienada capitalista de controle social.

O esforço em reproduzir o sistema do capital só pode ser assegurado por várias formas de destruição – desemprego, miséria humana, exploração, guerra e degradação ambiental – onde consumo e destruição são equivalentes funcionais, “na medida em que forças destrutivas e do desperdício, como o complexo militar-industrial, irrompem na dianteira do sistema para sustentá-lo”¹⁸. Desta maneira, o que se coloca em

¹⁶ Mészáros, 2011a, p.53.

¹⁷ Ibidem, p. 58.

¹⁸ Clark & Foster, 2011, p.123.

causa na atualidade não é apenas uma crise financeira, por mais profunda e intensa que ela possa ser, mas o próprio potencial de autodestruição da vida humana na atual etapa do desenvolvimento histórico, tanto em termos militares quanto por meio da destruição em curso da natureza.

Sendo assim, o sistema movido pelo lucro não é capaz de regular o sociometabolismo entre natureza e sociedade, dado que a reprodução do sistema do capital perpetua a destruição ecológica em termos praticamente irrecuperáveis. E para Mészáros, se a humanidade deseja sobreviver deve superar sua fragmentação social e encontrar sua unidade, como tal:

O conceito de *economia* é radicalmente incompatível com a “economia” da produção do capital, que necessariamente causa um duplo malefício, primeiro por usar com desperdício voraz os *limitados recursos* do nosso planeta, o que é posteriormente agravado pela *poluição e pelo envenenamento do meio ambiente humano*, decorrentes da produção em massa de lixo e efluentes. Ironicamente, porém, mais uma vez, o sistema entra em colapso no momento de seu supremo poder; pois sua máxima ampliação inevitavelmente gera a necessidade vital de limites e *controle consciente*, com os quais a produção do capital é estruturalmente incompatível. Por isso, o estabelecimento do novo modo de controle social é inseparável da realização dos princípios de uma *economia socialista*, centrada numa *significativa economia da atividade produtiva*, pedra angular de uma rica realização humana numa sociedade emancipada das instituições de controle alienadas e reificadas. (Mészáros, 2011a, p.73).

A política, portanto, deve ser emancipada do poder do sistema sociometabólico do capital para que a humanidade adquira o poder decisório sobre o controle social de sua vida produtiva, aglutinando o sociometabolismo com a natureza e os mais altos desígnios das necessidades humanas.

VII

Para Marx, o aprimoramento do desenvolvimento humano permitido pelas reduções no tempo de trabalho – objetivo do comunismo – está intimamente ligado ao desenvolvimento das capacidades humanas no campo da produção, engendrado no metabolismo entre sociedade e natureza. Para tanto, há a necessidade de superar a alienação da ciência em relação aos produtores, formando uma conciliação entre as ciências naturais e sociais e “tornando-se a base da ciência humana (...) a base da vida

efetivamente humana; (...) a natureza antropológica verdadeira”¹⁹. Essa unidade entre as ciências sociais e naturais cristaliza a unidade intrínseca entre a humanidade e a natureza. Portanto, o tempo de trabalho reduzido praticado por produtores livremente associados é visto como uma condição necessária para o desenvolvimento intelectual de indivíduos sociais capazes de dominar as forças da natureza e do trabalho social desenvolvidos cientificamente de forma humana e ambientalmente racional.

Marx (2013) argumenta que uma sociabilidade advinda de produtores livremente associados deve existir no âmbito do metabolismo prescrito pelas leis naturais da própria vida, assegurando as condições de existência para as gerações presente e futura. Mészáros (2011a), por sua vez, enfatiza que ao obter controle social sobre a ordem sociometabólica é necessário construir uma base inteiramente nova de sociabilidade, onde uma relação mais ecológica para a humanidade é parte definidora desta luta dedicada à realização das necessidades humanas.

Nesse aspecto, há uma síntese necessária entre Marx e Mészáros, na formulação de uma concepção de transição para um sistema sustentável de reprodução metabólica social. Tanto a igualdade substantiva quanto a sustentabilidade ecológica são os pilares de uma sociedade livre dos ditames e da lógica do capital. Essas considerações ajudam a superar as divisões inerentes ao desenvolvimento do capital enquanto um sistema. A igualdade substantiva ajuda a superar o isolamento social e a alienação que caracterizam as relações capitalistas. A sustentabilidade ecológica implica superar a alienação em relação à natureza. Os problemas ambientais contemporâneos mais urgentes estão intimamente ligados à operação do capital. Portanto, a ação social demanda incorporar uma crítica ao próprio capital, a fim de erradicar um sistema baseado na expansão constante e descontrolada, independentemente das consequências socioecológicas. (Clark & Foster, 2011, p.126).

A necessidade de formas substantivamente equitativas e sustentáveis de desenvolvimento humano é, pois, dramaticamente urgente. Assim como urgente também é a necessidade histórica da criação do movimento dos produtores visando a mudança radical nas formas atuais de controle social visando sua emancipação. A necessidade, portanto, do comunismo.

¹⁹ Marx, 2010, p. 112.

Referências

- Clark, B., & Foster, J. B. (2011). A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. Em I. Jinkings, & R. Nobile, *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- Foster, J. B. (2014). Mészáros and the critique of the capital system. *Monthly Review*, 66(7).
- Jacob, I. L. (2020). Breves notas sobre a ecologia como limite absoluto ao capital em Mészáros. *Revistas Fim do Mundo*, 2, 41-52.
- Marx, K. (2010). *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011). *Grundrisse: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2013b). *O Capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2010). *Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011a). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: 2011.
- Mészáros, I. (2011b). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2012). *A obra de Sartre: busca da liberdade e desafio da história*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2016). *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo.